

CENTRAIS REIVINDICAM A DILMA AÇÃO ENÉRGICA DE COMBATE À PRECARIZAÇÃO E ÀS DOENÇAS OCUPACIONAIS

CUT foi representada pelo presidente em exercício, José Lopez Feijóo, e pelo secretário-geral, Quintino Severo

Durante encontro sexta-feira (11) no Planalto, as centrais sindicais obtiveram da presidenta Dilma Rousseff o compromisso de priorizar a construção de um acordo para diminuir o elevado número de acidentes e doenças ocupacionais. Ela afirmou ainda que tratará como essencial a regulamentação da terceirização e o combate à precarização do trabalho, pontos reivindicados como fundamentais pela Conticom/CUT.

A política de correção da tabela do Imposto de Renda em longo prazo, semelhante àquela utilizada para estabelecer o valor do salário mínimo, apresentada e defendida pela CUT, ainda será debatida, mas tem grande chance de ser aprovada, destaca o presidente em exercício da CUT, José Lopez Feijóo, presente no encontro ao lado do secretário geral, Quintino Severo. De forma urgente, disse Feijóo, é necessário estabelecer a correção para este ano. As centrais lutam por um índice de 6,47%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2010. O passo seguinte será estabelecer o critério para atualização do valor.

NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – Outro resultado importante da reunião foi a formalização de uma mesa permanente de negociação entre governo e centrais que será coordenada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Car-



Dilma, Luppi, Feijóo (ao lado de Luppi) e Quintino (último à esquerda) no encontro

valho. Essa mesa será integrada por diferentes ministros, conforme o tema em pauta, tratará de temas como política de valorização de aposentadorias acima do mínimo, organização no local de trabalho, Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), imposto sindical, entre outros.

O diálogo no gabinete da Presidência, em Brasília iniciou com a assinatura do decreto que regulamentou a Lei 12.353/10, que assegura aos trabalhadores o direito de elegerem um representante no conselho de administração das empresas públicas, de sociedade mista, nas subsidiárias e controladoras em que a União possua capital social ou direito a voto, uma antiga reivindicação cutista.

A seguir, ao lado do ministro do Trabalho, Carlos Luppi, Dilma expôs quais devem ser os eixos prioritários de seu gover-

no: o combate à pobreza e o investimento pesado em educação técnica e em saúde, principalmente o atendimento básico em todo o Brasil.

A CUT cobrou ainda do governo empenho para a ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe a demissão imotivada, e para mobilizar a base no Congresso Nacional com o objetivo de aprovar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário.

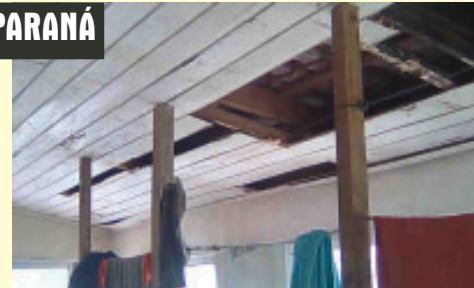
FIM DO IMPOSTO SINDICAL – A CUT entregou ainda a Dilma uma cópia do acordo assinado em 2008 entre as entidades representativas dos trabalhadores pelo fim do imposto sindical e sua substituição pela contribuição negocial. O tema, defendido apenas pela CUT durante o encontro, é fundamental para fortalecer as confederações, federações e sindicatos realmente representativos.

FOTO GAMBIARRA FLAGRA TOTAL DESCALABRO EM OBRA PÚBLICA NO PARANÁ



Bota: equipamento de proteção?

Só vendo para crer o tamanho da irresponsabilidade de alguns empresários. As fotos ao lado são de uma obra do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Paraná, da empresa Antonio Moro e Cia Ltda, de Ponta Grossa. Paga com recursos públicos. Na frente de serviço próxima ao município de Castro, onde os operários enfrentam a mais completa precariedade nas frentes de serviço, o Sintrapav luta por justiça.



Escoras seguram o teto do alojamento de obra da empresa Antonio Moro

CUT OCUPARÁ O CONGRESSO NACIONAL NO DIA 23 DE MARÇO

Representantes dos Ramos e das CUTs estaduais na Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores estão convocados para a reunião de 21 a 25 de março em Brasília, no Hotel Nacional.

Estão previstas as seguintes atividades: dias 21 e 22 (segunda e terça) – Seminário Nacional sobre Reforma Tributária; 23 (quarta) – Ocupação no Congres-

so Nacional, com participação de 500 dirigentes para apresentar a pauta da Central e 24 e 25 (quinta e sexta) - Reunião.

A Conticom solicita o empenho de todos a se fazerem presentes, para darmos visibilidade às reivindicações da Central e do Ramo em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho.

LIDERANÇAS DA MANUTENÇÃO E MONTAGEM INDUSTRIAL SE REÚNEM DIA 15 EM CURITIBA

“Fortaleceremos nossa ação para renovar o acordo coletivo das obras da Repar em São Mateus do Sul, referência para o país”, afirmou Domingos Oliveira Davide, presidente do Sintracon-Curitiba.

“CORTES NO ORÇAMENTO SÃO PÉ NO FREIO DO CRESCIMENTO DO PAÍS, RETROCESSO NO DESENVOLVIMENTO E NO EMPREGO”

Afirma Raimundo Santos Filho (Bahia), vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada do Paraná

“Os recentes cortes anunciados pela equipe econômica do governo no Orçamento federal são um pé no freio do crescimento, contrassenso ainda maior quando falamos da tesoura em mais de R\$ 8,6 bilhões do Ministério das Cidades. O fato é que há necessidade de agilizar as obras, que estão atrasadas, para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. Para o Brasil se manter na rota do desenvolvimento sustentável, é preciso menos juros e mais investimento, emprego e salário”.

A afirmação é do secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada do Estado do Paraná, vice-presidente da CUT-PR e integrante da representação dos trabalhadores no Comitê Gestor das Obras da Copa, Raimundo Ribeiro Santos Filho (Bahia).

MAU EXEMPLO - No caso paranaense, exemplificou o dirigente cutista, são R\$ 336 milhões em emendas parlamentares coletivas do estado que se esfumaçaram recentemente com os cortes, comprometendo obras inadiáveis como a extensão da Linha Verde em Curitiba (do Jardim Botânico ao trevo do Atuba), trecho urbano da BR 116 que deveria ser transformado numa avenida de quatro pistas. “Além de ser uma questão essencial para melhorar a mobilidade urbana, e prejudicar a integração entre a capital e a região metropolitana, o corte de recursos para a Linha Verde implicará na perda de mil empregos diretos e indiretos”, condenou Bahia. Somente na construção pesada, advertiu, tesourar R\$ 336 milhões equivale a menos três mil empregos no Paraná, além do impacto negativo nas obras do Contorno Oeste de Cascavel, do Contorno Norte de Maringá e do Boiadeiro

– entre Campo Mourão e Porto Camargo – imprescindível para facilitar o escoamento de grãos. “Sem as obras do Boiadeiro, continuaremos perdendo muito tempo no transporte e muita carga em função das condições precárias da estrada. Muitos deixarão de fazer a rota rumo ao porto de Paranaguá e irão para o de Itajaí, mais demorado, mais caro e já sobrecarregado”, esclareceu.

IRRACIONALIDADE - Entre as obras que ficarão no papel por equívocos da equipe econômica, alertou o sindicalista, está a construção da terceira pista do aeroporto internacional Afonso Pena, “o que implicará em inúmeros transtornos, comprometendo a própria realização da Copa do Mundo”. “É uma lógica inaceitável, pois deixará tudo travado, tudo parado, exatamente no momento em que precisamos de maior agilidade. Vimos que no governo Lula o investimento público foi chave no fortalecimento do mercado interno, tendo papel central no desenvolvimento, o que implicou no aumento do número de carteiras assinadas



e na valorização dos salários”, disse.

AVANÇAR - Ao ativar a economia nacional, ressaltou, a lógica inclusiva do círculo virtuoso do crescimento ajudou no enfrentamento à crise e no combate às desigualdades sociais e regionais. “Agora, precisamos de mais recursos para o Programa Minha Casa, Minha Vida; mais recursos para as obras de infraestrutura, para que consigamos fazer tudo dentro de prazos exequíveis. Precisamos não só da manutenção dos postos de trabalho, necessitamos criar novos, com carteira assinada, com maior qualificação profissional”, defendeu.

ALGUMAS DAS OBRAS AMEAÇADAS NO PARANÁ PELO CORTE NAS EMENDAS

EMENDA	VALOR APROVADO	ABRANGÊNCIA
Transposição de linha férrea	R\$ 2,8 milhões	Maringá
Apoio a projetos de infraestrutura turística	R\$ 9 milhões	Litoral
Construção de um trecho da Linha Verde	R\$ 35 milhões	Curitiba
Apoio a projetos de infraestrutura turística	R\$ 16 milhões	Cascavel
Construção de ligação ferroviária	R\$ 8 milhões	Apucarana

É HORA DE PRIORIZAR A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA CONSTRUÇÃO PESADA

Na avaliação de Bahia, dentro da lógica do desenvolvimento sustentável, “é preciso priorizar a qualificação profissional na construção pesada, uma vez que o prazo para formação de profissionais especializados como soldador de raio x, de mecânico industrial e operadores de máquinas é mais longo, não se formam do dia para a noite”. No caso da construção pesada, esclareceu, “há uma categoria envelhecida, pois não há reposição de profissionais em virtu-

de das condições precárias, insalubres e muitas vezes perigosas a que os trabalhadores são submetidos, expostos a inumeráveis riscos”.

DIGNIDADE - Conforme o dirigente, “a manutenção destes recursos do Orçamento significa um investimento na vida, na dignidade humana, no combate à marginalização”. “Vínhamos num movimento ascendente que contribuiu para que o país não entrasse na crise. Tive-

mos o PAC 1 (Programa de Aceleração do Crescimento), o PAC2, uma rota de crescimento. O corte representa um retrocesso, um tiro no pé, significa estancar o crescimento do número de carteiras assinadas, significa menos contribuição para a Previdência Social, significa criar gargalos justamente no momento em que temos melhores condições de avançar, com eventos tão importantes como a Copa do Mundo e as Olimpíadas”, acrescentou.

PRECISAMOS DE MAIS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO, NÃO DA SUSPENSÃO DE CONCURSOS

Outro ponto negativo do pacote anunciado pelo ministro Guido Mantega, alertou, é a suspensão de concursos públicos e da contratação de servidores, particularmente de auditores fiscais do trabalho. “Esta decisão é um agravante, pois a atual estrutura não está dando conta. Apesar do aumento dos juros e dos cortes, o setor continua se expandindo e a fiscalização, que já era deficitária, tem um quadro de

pessoal que não corresponde minimamente às nossas necessidades. Assim, multiplicam-se os acidentes de trabalho, os lesionados e os encostados no INSS, e quem está pagando a conta é o trabalhador”.

BASTA - Bahia acredita que, “com mais fiscais e uma penalização maior, as empresas sentiriam no bolso a pancada do descumprimento das normas

técnicas e de segurança, e passariam a investir de forma responsável na prevenção, em equipamentos de proteção individual, na qualificação da mão de obra”. Com um maior número de servidores no Ministério do Trabalho e no Ministério Público, concluiu, “teríamos um combate mais efetivo às subcontratações e ao grande número de gatos que ampliam seus lucros por fazerem do trabalhador escravo”.